

RODA DE CONVERSA (GEOGRAFIA): O PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO.

Dr^a Rita de Cássia Martins de Souza – UFU;

Pensei para discorrer neste momento alguma temática que trouxesse uma contribuição efetiva para o desvendamento não somente da ciência geográfica em si, mas também da realidade brasileira.

O professor Antonio Carlos Robert de Moraes foi um dos maiores estimuladores de uma linha de interpretação que nos levou a reconhecer a história do pensamento geográfico para além meramente do desvendamento da disciplina científica Geografia, mas aproveitou-se dela para nos remeter à compreensão da dinâmica do espaço.

Esse esforço tem sido insistentemente seguido por uma hoje extensa linha de pesquisadores que entendem a Geografia para além de sua simples condição de disciplina científica enclausurada entre os muros da Academia.

O Professor Antonio Carlos ou Tônico como gostava de ser chamado marcou claramente a linha separatória entre duas faces de uma mesma palavra: a Geografia enquanto discurso e a geografia enquanto materialidade. Essa divisão é absolutamente necessária para que entendamos que não se pode falar de Geografia apenas nos seus marcos institucionais e acadêmicos. Portanto, não vou fazer aqui uma fala que remeta à Geografia apenas como um discurso científico, mas também enquanto uma forma material que nos cabe, enquanto especialistas, reconhecer.

É sobre exatamente essa disposição, essa organização dos objetos que nos ocupamos enquanto geógrafos e é, exatamente, o que nos faz diferentes e especiais perante todos os demais pesquisadores e especialistas. Trabalhar com essa disposição nos obriga a atentar para os dados da natureza e para como os homens organizados socialmente se debruçam sobre essa natureza. Como a organizam a fim de obter suas necessidades e como a disputam em relações de poder extremamente intrincadas e que devem ser desvendadas.

Entretanto, essa disposição de objetos não se apresenta imediatamente como aparentemente pode parecer. Há uma forma específica de a vermos enquanto

representações construídas por nossos “olhares”. Não somos iguais em todos os lugares e em todos os tempos. Isto nos obriga também a atentar para essas diferenças, pois elas são decisivas para determinar como vemos essa disposição e como queremos mostrá-las a nós mesmos e aos outros. Construimos permanentemente discursos sobre essas disposições dos objetos de modo a atender nossos interesses particulares. Enquanto seres sociais, tendemos a manifestar nossas visões segundo nossas orientações de grupos socialmente demarcados e culturalmente influenciados.

A uniformização do mundo pela via científica que se estabeleceu declaradamente desde as grandes descobertas e da invenção da ciência como única língua, única representação possível da verdade tem nos imposto uma necessidade de tratar o mundo de uma forma uniforme. A geografia que tem seu reconhecimento como ciência apenas no final do século XIX, teve e tem também seu papel, sua contribuição nesse sentido de uniformização do modo de ver o mundo.

Entretanto, seu pressuposto básico de formulação exige a diferenciação dos lugares. É essa diferenciação que permite a essa ciência sua própria razão de ser. Então podemos pensar aqui, a partir do que já dissemos, que há um contrassenso. A geografia deveria responder, enquanto um discurso científico, a uma uniformização do mundo tanto quanto as demais chamadas disciplinas científicas. No entanto, seu próprio esforço, demonstra permanentemente as imensas diferenças não somente entre lugares enquanto expressões naturais, mas principalmente enquanto lugares... expressões de sociedades extremamente diversas, como formas diversas de se relacionar com a natureza, com os lugares.

Estas reflexões nos levam a pensar em que contribuições vimos dando enquanto geógrafos ao mundo. Em primeiro lugar há de se diferenciar pensamento geográfico de geografia. O pensamento geográfico é muito mais amplo e complexo que a própria geografia. Justamente porque não se restringe ao discurso científico sobre a disposição ou organização dos objetos no espaço. O Pensamento geográfico é inerente a todos os seres humanos e formula-se enquanto um constructo desde seu nascimento. As elaborações mentais que se fazem acerca do entorno e de como estas formas se nos apresentam dependem fortemente das nossas heranças culturais e sociais. Elaboramos permanentemente discursos que visam apresentar aos outros como deve ser entendido o

espaço a fim de obtermos o atendimento de nossos interesses. Desta forma, o discurso científico sobre o espaço é apenas uma forma de manifestação do pensamento geográfico.

Esta formulação nos abre um leque imenso de possibilidades de desvendamento de discursos sobre o espaço que vão muito além dos discursos cientificamente elaborados e nos permitem o desvendamento de razões outras que nos levaram a organizar o espaço de tal ou qual forma. O esforço pela compreensão de porque elaboramos certos discursos sobre o espaço, mesmo aqueles de tipo científico, é o que nos força a elaborar métodos apropriados para o desvendamento desses discursos. Esse esforço é que chamamos de história do pensamento geográfico que incorpora, portanto, tanto a Geografia, disciplina científica preocupada em compreender a dinâmica do espaço produzido socialmente, como todos os demais tipos de discursos que possam ter tido alguma influência sobre essa dinâmica.

Há se compreender que qualquer discurso geográfico se elabora, portanto, dentro de uma demarcação histórica, qualquer discurso é marcado historicamente e espacialmente. Todas as sociedades em todos os tempos elaboram discursos geográficos específicos que refletem as culturas que lhes deram origem. Isto faz com que tenhamos que nos debruçar sobre essas culturas e de como se estabeleceram nessas sociedades para entendermos os discursos por elas elaborados.

Quer se destacar aqui que não basta um esforço de compreensão pelo que se apresenta meramente no contexto atual, mas há de se recuperar as construções históricas que deram origem aos pensamentos geográficos, aos discursos elaborados e às materializações daí decorrentes.

Há razões muito específicas que levaram às escolhas que permitiram a formulação de nossas geografias. No caso brasileiro, é muito forte a necessidade de construção de um discurso que legitime a possibilidade de um Estado Nacional brasileiro desde a Independência em 1822.

Pode-se dizer que a partir da instituição do Estado, ou do país teve-se que praticamente forjar um discurso que justificasse a necessidade, a viabilidade, a potencialidade de uma nação brasileira. Em vista das dificuldades de apresentar uma nação que não existia dentro dos princípios dos Estados nacionais europeus, ou seja da

civilização, é que se deve entender os marcos de uma geografia para o Brasil. É a partir desse momento no século XIX que se inicia um processo de cientificização nos moldes europeus de modo a atender a necessidade de forjar essa civilização. Na imensa dificuldade encontrada para justificar o Estado nascente com uma população que em si não se configurava como uma nação ou uma sociedade com um mínimo de coesão é que a natureza salta à frente nas formulações a respeito de nosso país.

Dessa forma, um discurso extremamente voltado para as grandezas naturais acaba se tornando um recurso extremamente caro aos intelectuais responsáveis pelo pensamento e pelo discurso geográfico que, nesse momento, é uma exigência na consolidação dos Estados Nacionais Modernos. Participar do movimento de formação dos Estados implicava justamente na possibilidade de manter as relações comerciais e econômicas em geral com as metrópoles ou potências centrais. Não há como portanto, falar dos discursos que vão sendo elaborados sobre o país fora dos marcos científicos e, por corolário, do próprio desenvolvimento do capitalismo.

Durante todo o século XIX elaboraram-se discursos sobre o Brasil e de suas potencialidades, tendo como grave problemas a serem resolvidos a própria sociedade a ser construída uma vez que ela permanece escravagista até 1888 o que impede de falar exatamente de uma sociedade liberal nos termos do Iluminismo. Assim, chega-se ao fim do século XIX com os discursos cientificistas importados da Europa, às proposições de branqueamento da população a fim de nos tornarmos brancos civilizados à altura dos europeus. Ou às explicações de cunho mesológico que nos condenavam ao determinismo ambiental negativo, pois estávamos justamente nas piores condições climáticas para o progresso humano segundo ainda as teorias produzidas do outro lado do Atlântico.

Percebe-se de imediato o esforço pela absorção de teorias e explicações sobre nossa realidade que fogem à própria lógica natural de auto proteção de qualquer sociedade. Essa importação de teorias científicas, justamente naquele cunho uniformizador de que falávamos, desperta-nos a atenção e exige que pensemos sobre nossas formas de interpretação acerca de nossa realidade.

Passamos por vários momentos de desenvolvimento da ciência no Brasil. Em termos de uma Geografia enquanto disciplina científica não podemos esquecer que ela

não se inicia apenas em 1934 com a Universidade de São Paulo, mas há um todo um processo anterior que nos remete aos Instituto Histórico e Geográfico, à Sociedade De Geografia do Rio de Janeiro, ao Curso Superior Livre de Geografia de 1926, por exemplo. Pois nessas instituições começam a ser elaborados os primeiros discursos sobre o Brasil e seu território e sua sobre sua gente.

A partir de 1934, temos um desenvolvimento bastante forte da ciência geográfica nos moldes europeus ocidentais. Essa produção precisa em verdade ser avaliada ainda detidamente sob um olhar mais metodologicamente apropriado sem os ufanismos e a necessidade de reforçar suas qualidades apenas, mas também no sentido de verificar quanto elas significaram em termos uma produção de um pensamento crítico acerca do espaço no Brasil.

Vem se dizendo insistentemente que a Geografia crítica expressou-se apenas em sua versão marxista, mas há de se tomar de outras formas percebendo que o movimento crítico tem início com os desafios colocados pelas próprias limitações do modo de produção capitalista, principalmente por volta dos anos de 1930. O próprio movimento neopositivista se apresenta como um movimento de reação às antigas formas positivistas de análise. E isso não se restringe ao campo da Geografia, mas a todo o campo científico da época. É uma reformulação da ciência que agora precisa prestar serviço ao desenvolvimento econômico mais propriamente capitalista e é justamente quando o neopositivismo se apresenta como uma técnica ou uma solução bastante apropriada ao planejamento econômico. Nesse sentido é preciso lembrar que o planejamento territorial também se tornou decisivo e é justamente aí que a Geografia vai se renovar como uma peça chave para o Estado. Nos anos posteriores à Segunda Guerra em meio à euforia do boom econômico é fácil localizar uma geografia que atua tanto nos institutos de pesquisa e planejamento como o IBGE e isso é muito conhecido, porém há de se retomar o período anterior e perceber que mesmo ali os recém geógrafos formados no Rio e Em São Paulo já atuavam na formulação de estratégias para o território.

Há de se lembrar que as políticas territoriais de Getúlio Vargas foram extensamente debatidas por dentro do IBGE, órgão por ele criado. De forma, que temos que obrigatoriamente pensar que a Geografia neutra produzida pelos franceses e

ensinada em nossas universidades serviram a propósitos bem pragmáticos para a época e, inclusive, diretamente ligados ao Estado e seu plano planejado. Essa geografia que geralmente se diz desvinculada dos interesses sociais imediatos forneceu em grande medida as informações necessárias sobre o território e de como ele deveria ou poderia ser amoldado.

Entendo que estamos girando em círculos quando negamos o caráter crítico da renovação científica manifesta com mais força e com mais evidência após a segunda guerra. Não somos levados sadicamente a estudar um pouco mais a história e a filosofia. Isso tem nos atrofiado a visão em dois sentidos: primeiro o de estudar a história da Geografia por fora do grande movimento da ciência, a estudamos como um ente independente e perdemos de compreender aspectos preciosos da evolução do pensamento humano;

Depois o de perceber as tendências como escolas geográficas. É como se as formas de fazer geografia apresentassem-se como uma evolução progressiva. Como se não houvesse um tremendo embate de ideias permanente e concomitante.

Apresenta-se a história da Geografia como se ela não fizesse parte do embate de ideias que próprio das sociedades humanas. Há uma imensa divergência de formas de conceber o conhecimento, o as visões de mundo. Na teoria do conhecimento, essas divergências de pensamento são entendidas como um debate em torno da relação sujeito-objeto. E desta forma, é que se pode conceber a fenomenologia, o positivismo, o neopositivismo, a dialética idealista e materialista.

Não fenômenos exclusivos da Geografia, tão pouco, fenômenos que se apresentaram apenas depois da segunda Guerra. São tendências do pensamento que se manifestam enquanto posições declaradamente políticas diante, portanto do mundo, da realidade.

Enquanto visões de mundo, essas tendências sempre existiram e permanecem em embate. A geografia apenas reproduz esse movimento. É importante entender esses aspectos. A discussão não pode ser esvaziada no sentido de apenas contar a história da Geografia como se fosse descrever uma fotografia, uma paisagem.

As próprias proposições pós modernas, o que podem ser? O que sustenta essas proposições frouxas em meio a um contexto extremamente complexo e que demanda

posicionamentos claros e objetivos. Será mesmo que os donos do poder também não têm ou não precisam de posicionamentos definidos? (Culturalismo renovado; Marxismo; Pós modernos)